



Os homens pobres e a terra amazônica na produção literária de Euclides da Cunha.

Bruno de Brito Damasceno¹

Artigo Recebido em: 15/10/2017

Artigo Aceito em: 22/12/2017

RESUMO

O trabalho procura analisar as interpretações construídas por Euclides da Cunha (1867-1909) sobre a presença humana na Amazônia no início do século XX. O escritor analisa que a natureza amazônica promoveu um processo de seleção, onde apenas os mais adaptados fisiologicamente foram capazes de suportar as demandas impostas pelo “inferno verde”. E a despeito dos conceitos científicos que vislumbravam o mestiço como degenerado das raças e, portanto, causador do atraso do país, Euclides, pelo menos no que tange o “desbravamento da Amazônia” inverte a ordem, e exalta a figura do migrante pobre, o único capaz de dominar a natureza da região e possibilitar sua inserção ao conjunto da nação. Todavia, Euclides também observa o caráter perverso da rotina dos trabalhadores da floresta, com punições físicas e impedimento de posse da terra trabalhada. Para o autor, a omissão do Estado com a estrutura das relações de trabalho no interior dos seringais impedia a formação de sentimento coletivo de nacionalidade, e nele intensificava a decepção com os destinos da República.

Palavras-chave: Euclides; Amazônia; Homens pobres.

The poor men and the amazonian land in the literary production of Euclides da Cunha

ABSTRACT

The paper seeks to analyze the interpretations constructed by Euclides da Cunha (1867-1909) on human presence in the Amazon in the early twentieth century. The whiter analyzes that the Amazonian nature promoted a selection process, where only the most physiologically adapted were able to withstand the demands imposed by the “green hell”. And in spite of the scientific concepts that glimpsed the mestizo as a degenerate of the races and, therefore, causing the backwardness of the country, Euclides, for least with regard to the “clearing of the Amazon” inverts the order, and exalts the figure of the poor migrant, the only one capable of dominating the nature of the region and to enable your insertion into the entirety of the nation. However, Euclides also observes the perverse character of the routine of forest workers, with physical punishment and impediment of possession of worked land. For the author, the omission of the State with the structure of relations of work within the rubber plantations prevented the formation of a collective feeling of nationality, and intensified his disappointment with the destiny of the Republic.

Keywords: Euclides; Amazon; Poor Men.

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (2011). E-mail: brunobdamasceno@gmail.com. Lattes: lattes.cnpq.br/5605310642383909.



Introdução

No país imenso, homens espoliados passam nessas páginas privados da terra e dos mínimos vitais, oprimidos pelas diversas formas da prepotência, tratados frequentemente como se fossem solo e mato, não seres humanos iguais aos que os oprimem e contra os quais por vezes se revoltam. No entanto, o que ressalta para o leitor é a sua profunda humanidade².

Antonio Candido chama-nos atenção, na passagem acima, sobre as formas de tratamento aos quais são submetidos os homens pobres na sociedade brasileira. Homens que vivenciam o cotidiano, na pele e no sangue, sob o espectro da perda e da falta: moradia, terra, saúde, educação, parecem ser fatores que lhes são interditos, como se estivessem em uma condição inferior, coisas abjetas de um sistema escuso, servindo muitas vezes apenas como joguetes nas mãos dos mais poderosos. Mas quando todas as condições apontam para a desesperança, o horizonte de expectativas apresenta-se mais turvo do que dias de tempestade, estes homens e mulheres mantem a fé, seja na providência divina, seja na organização coletiva, em uma capacidade de modificar a situação experimentada, para, deste modo, obter a dignidade que lhes é negada.

Não se trata, todavia, de uma idealização da possibilidade dos homens despossuídos serem agentes de transformação. Muitas vezes podemos incorrer no erro de considerar relevantes apenas ações que parecem vultosas, que exacerbam a presença destes indivíduos no cenário social (derrubada de lideranças políticas), deixando de lado todo um conjunto de práticas, triviais na compreensão geral, mas que trazem uma profunda marca de compreensão e crítica da realidade, como na confecção de um simples boneco, que extrapola o aspecto lúdico e significa uma denúncia simbólica às formas de exploração experimentadas³.

A recuperação da história de vida destes homens e mulheres colocados à margem dos relatos oficiais permite-nos, como lembra Josep Fontana, construir uma prática historiográfica que quebra com a lógica linear de interpretação e construção da história. Entender a experiência humana como um poliedro, além de destacar as particularidades dos sujeitos e sua cultura, permite compreender o acontecimento sob outro prisma, onde esta deixa de ser uma “continuidade coisificada”⁴, com fim pré-estabelecido, e passa a ser espaço de possibilidades, de projetos de futuro existentes em disputa.

² CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: AGUIAR, Flávio (org.). *Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Perseu Abramo/ Boitempo, 1999, p.10.

³ CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguillar, 1966. Vol. 2.

⁴ FONTANA, Josep. *A história dos homens*. São Paulo: EDUSP, 2004, 478.



E no intuito de apresentar a experiência destes homens, a literatura aparece como registro privilegiado. Como destaca Edgar de Decca, a literatura vem realizando o resgate dos personagens anônimos do silêncio da história, antes mesmo que esta viesse a ser uma preocupação da disciplina histórica⁵. As potencialidades e condições de trabalho com a fonte literária estão expostas na seção a seguir.

Nos caminhos da História e da Literatura

Na perspectiva de leitura através dos rastros que o passado deixa ao longo de sua trajetória⁶ é que se inscreve a utilização da Literatura no trabalho do historiador. A relação entre História e Literatura é antiga, assim como a vontade dos homens em se fazerem lembrados pela posteridade, já foi marcada por momentos de distanciamento, levadas a margens opostas, e por momentos de aproximação, que parecia promover uma confusão estilística. Hoje a Literatura constitui-se para a História enquanto importante chave interpretativa do passado, permitindo o contato com traços da vivência dos homens em sociedade não acessíveis por meio de outras fontes.

Uma característica partilhada entre a História e a Literatura é o aspecto narrativo, pautado no estabelecimento de um encadeamento causal de significados, que explicam o comportamento dos indivíduos (personagens) dentro de uma estrutura temporal. Ambas abordam a realidade a partir do verossímil e constroem interpretações circunstanciais. Roger Chartier observa que a dimensão narrativa foi negligenciada pela historiografia por muito tempo devido à crença de que haveria uma relação de interpolação entre os fatos históricos e os discursos produzidos⁷. Compreensão um tanto quanto inocente uma vez que todo documento possui um estilo de escrita constituído para atender a uma demanda e agradar um leitor em potencial.

A história, todavia, não pauta-se apenas na narrativa. Em oposição a uma visão que caracteriza a disciplina como artefato literário (estudos pós-modernos), historiadores como o próprio Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Robert Darnton, por mais que se diferenciem com relação aos modos de abordagem de seus objetos de estudo, insistem que o saber histórico faz-

⁵ DE DECCA, Edgar. Quaresma: um relato de um massacre republicano. *Anos 90*, Porto Alegre, n° 8, pp. 45-61, dezembro de 1997, p. 48.

⁶ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁷ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 14.



se a partir de um referencial (passado) que, exterior ao discurso produzido (representação), não pode ser tomado por efeito linguístico, dotando o pesquisador da condição de pleitear, ao menos parcialmente, a reconstrução do vivido. O entendimento assenta-se na ideia de que a História consiste de um conhecimento controlado, onde são consideradas as operações que a tipificam enquanto disciplina, tais como levantamento e organização de dados, estabelecimento de hipóteses, verificação de resultados. Pensando nas potencialidades de escrita, pode-se afirmar que o historiador constitui-se como um intelectual mais limitado que o literato, posto que o estatuto de verdade ao qual se filia faz com que necessite demonstrar que sua interpretação é passível de verificação por meio da explicitação da trajetória do trabalho.

Partindo das reflexões feitas acima se torna possível estabelecer algumas premissas que marcam a utilização da Literatura pela História. A primeira delas está ligada a própria condição da obra de arte. A Literatura, como fruto da lavra humana que se constitui originalmente para desempenhar um papel de desfrute do leitor, detém uma forte marca de subjetividade, utilizada pelo escritor no momento de criação. Portanto, é necessário levar em consideração ao se instituir a análise de uma obra seu regime de escrita, marcado por categorias e regras de funcionamento particulares, que exige do historiador a instrumentalização mínima na Teoria e Crítica Literária, para deste modo não incorrer no erro de tomá-la como comprovadora ou ilustradora de outras fontes, dando-lhe um caráter “menor” numa “hierarquia de fontes”, ou como pensa Bronislaw Geremek “parece-me bastante impróprio tratar a produção literária como fonte de informação sobre os fatos ou acontecimentos. Ela é, sobretudo, um excelente espelho da consciência social”⁸. Todavia, esse contato deve pautar-se em duas dimensões: Primeiro, um cuidado em não abordar as obras literárias apenas por uma vinculação em escolas ou estilos que, como bem frisou Norbert Elias⁹, são abstrações que podem impedir a percepção do processo de constituição das obras, engessando o olhar do pesquisador às possibilidades tidas pelo escritor em articular propostas e temáticas esteticamente dissonantes. Segundo tratar o texto literário como existente por si mesmo, posto que como destaca Terry Eagleton, as maneiras de pensar e experimentar um texto estão ligados ao tipo de relação estabelecida pelas pessoas com a escrita, sendo, portanto, os sentidos literários historicamente específicos¹⁰.

Para Norbert Elias, essa dimensão criativa está intimamente ligada à trajetória individual

⁸ GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, 10.

⁹ ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

¹⁰ EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



do artista e a busca por tentar conhecer as motivações, interesses, desejos, que levam o indivíduo a produzir arte, como no caso da literatura, contribui na compreensão do padrão de criação artística desenvolvido em cada sociedade, uma vez que o destino individual mantém uma relação de tensão e negociação com a estrutura social da época. Portanto, a literatura precisa ser entendida enquanto construção, um discurso polifônico que “expressa o tempo social vivido”¹¹.

Deve-se destacar ainda a relevância do papel desempenhado pelo leitor, que pode promover inúmeras formas de consumir, manipular e apreender os textos¹², na medida em que as ideias são materialmente vividas e historicamente situadas¹³.

A Literatura, portanto, deve ser entendida enquanto instrumento que interfere na realidade, a maneira encontrada pelo escritor, enquanto ser social, para posicionar-se ante ao cotidiano, de anunciar esperanças e expectativas, de construir sentimentos de pertença e resgatar sujeitos e situações¹⁴. O cotidiano serve à escrita literária, ao mesmo tempo, como fonte de inspiração para construção da trama e para o posicionamento intelectual. Por meio da obra literária é permitido ao historiador perceber como o indivíduo-escritor constrói uma leitura da realidade na qual está inserido e projeta em sua obra um programa de ordenamento da sociedade¹⁵.

A articulação da produção da obra literária com a realidade social faz-se sentir ainda com relação às condições materiais de produção. Roger Chartier¹⁶, em suas análises sobre as práticas de leitura, expressa que o texto literário, como o de qualquer tipo, não pode ser pensado sem levar em consideração o suporte no qual é veiculado, posto que a maneira de apresentação da obra junto ao público identifica, de modo inicial, sua função e o modo de ser abordada. Um romance pensado e escrito em formato de folhetim, publicado no rodapé de jornal, apresenta uma organização narrativa e forma de atingir o público diversa daquele texto que foi criado para ser impresso e divulgado na forma de livro. No que tange ao livro, o uso de um tipo específico de papel, de tinta, de formato de letras, presença ou não de gravuras, diz ao

¹¹ PEREIRA, Leonardo A. de M. Literatura e História Social: A “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do Império. *História Social*, Rio de Janeiro, vol. Único, nº 1, 1994, p. 32.

¹² CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

¹³ DARTON, Robert. *O Beijo de Lamorette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

¹⁴ DE DECCA, Edgar. Quaresma: um relato de um massacre republicano. *Anos 90*, Porto Alegre, nº 8, pp. 45-61, dezembro de 1997.

¹⁵ Para pensar as relações do escritor com a sociedade, ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁶ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.



historiador sobre a inserção social do escritor e o papel desempenhado pela escrita na sociedade¹⁷.

Há de pensar-se também na historicidade desta produção, uma vez que, durante a sua trajetória de existência, um texto literário pode sofrer transformações (subtrações ou acréscimos) que podem levar a comprometer o estabelecimento de sua dimensão histórica. A colocação do capuz vermelho em chapeuzinho¹⁸ ou a retirada do subtítulo de “O vermelho e o negro” de Stendhal¹⁹, tem a dizer mais sobre a época que promoveu estas reapropriações do que da sociedade na qual as obras foram produzidas. Daí a importância de se trabalhar, quando possível, com as primeiras edições para poder observar como o autor promoveu a “corporificação” de seu pensamento, como estão presentes os elementos “não-ditos”²⁰ na narrativa literária. E por último, é preciso atentar que na obra literária a dimensão temporal apresenta-se sob uma dupla dimensão: a primeira referente ao tempo da obra, o período em que a mesma foi produzida, como visto acima; a segunda, ao tempo na obra, à inserção (ou não) do enredo em uma temporalidade histórica que procura retratar.

E como bem observou Carlo Ginzburg²¹, as obras literárias não são objetos de reflexão para a História em virtude de justapor dados reais em seus enredos, mas sim por permitir vislumbrar as maneiras de pensar de quem as produziu. Cabe, portanto, ao historiador reordenar a leitura de mundo feita pelo escritor no momento da escrita. Nessa perspectiva, a próxima parte do trabalho procura analisar como Euclides da Cunha fabrica uma interpretação do espaço amazônico de inícios do século XX, tendo em vista o papel desempenhado pelos homens pobres, na figura dos migrantes, para transformação do espaço e inserção do mesmo nos quadros do Estado-Nação brasileiro.

Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha: homens e natureza

¹⁷ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamorette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

¹⁸ Idem. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

¹⁹ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁰ O historiador que nos chamou atenção para a importância de se pensar o que existe para além da escrita, mas não descolada dela, foi Michel de Certeau. Ver: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²¹ GINZBURG, Carlo. *Op Cit.*



Euclides da Cunha (1867-1909) quando produziu suas reflexões sobre a Amazônia já era o escritor consagrado pela publicação de “Os Sertões” (1902), que lhe credenciou a entrada como membro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1903 e na Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1904²². Todavia, como observa Leonardo Pereira, a fama e o prestígio intelectual para os escritores da geração de Euclides, tais como Coelho Neto, Arthur Azevedo ou mesmo Machado de Assis, não se convertia em retorno financeiro, obrigando-os a trilhar outros caminhos em busca da sobrevivência, como no funcionalismo público ou nas redações dos jornais²³. Euclides não fugia a regra, repartindo seu tempo entre leituras, cálculos e lombos de burros²⁴.

Nesse sentido, a possibilidade de trabalhar como funcionário do Ministério das Relações Exteriores, primeiro na função de chefe da Comissão brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus (1904-1905)²⁵, responsável pelo mapeamento e definição das fronteiras litigiosas em decorrência da anexação do Acre ao território brasileiro (1902), depois como cartógrafo do ministério (1906-1909), permitiu-lhe a obtenção de alguma estabilidade financeira e representou o contato com a Amazônia, que serviu aos seus interesses de continuar a pensar a nação enquanto reformador social, denunciando as ações negativas perpetradas contra a terra e a gente, como nas palavras dirigidas a Coelho Neto em 10 de março de 1905: “Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: Um paraíso perdido, onde procurarei vingar a hibeia maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII.

²² Contemporaneamente a produção euclidiana, os médicos sanitaristas Victor Godinho e Adolfo Lindenberg produziram relatos sobre a Amazônia. Chama a atenção que o período da viagem de ambos a Amazônia coincide com a estada de Euclides da Cunha na região. Inclusive a publicação do relato em livro é concomitante ao do Relatório da Comissão de exploração do Alto Purus produzida por Euclides. Todavia, não há referência alguma de parte a parte. O que causa certo estranhamento visto que, por mais que no período Manaus se apresentasse como uma cidade cosmopolita, não deveria passar despercebida à sociedade local a presença de indivíduos estranhos ao lugar que estavam a realizar atividades de observação e pesquisa. Além do mais, os três deveriam compartilhar da circulação em determinados espaços sociais, uma vez publicavam no jornal de Júlio de Mesquita, “O Estado de São Paulo”. Sem esquecer que Euclides estava imbuído de uma função oficial, de importância estratégica na definição das fronteiras do Estado brasileiro. Ver: GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolfo. *Norte do Brasil: Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão*. RJ; SP: Laemmert Editores, 1906.

²³ PEREIRA, Leonardo A. de M. *Literatura e História Social: A “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do Império*. *História Social*, Rio de Janeiro, vol. Único, nº 1, 1994, pp. 42-45.

²⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Osvaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, 220.

²⁵ Comissão mista formada por representantes de Brasil e Peru responsável por delimitar as fronteiras entre os dois países e atualizar os levantamentos cartográficos realizados por William Chandless no século XIX e Manuel urbano no século XVIII, devendo percorrer o trajeto do Rio Purus até as cabeceiras do Madre de Dios. Euclides descreve os transcorrer e os desafios da viagem em dois registros: Relatório da Comissão de Exploração do Alto Purus de 1906 e À Margem da História (1ª parte) de 1909. Havia ainda uma segunda Comissão que deveria percorrer a extensão do rio Madeira para estabelecer os limites do território brasileiro com a Bolívia. Desta Comissão, organizada a partir de 1907, Euclides recusou-se participar.



Que tarefa e que ideal” (GALVÃO, 1997, p. 266); mas também refletir a nação a partir dos interesses geopolíticos do Estado, relacionado à soberania territorial e sua importância para o progresso nacional (PONTES, 2005).

A questão nacional era a preocupação central dos intelectuais do período. Tornava-se urgente a estes homens a forja de um sentimento coletivo de pertencimento, uma vez que o Estado, enquanto organização administrativa, não dava conta desta construção. Consideravam-se os agentes ideais para tal tarefa, visto serem os detentores dos saberes²⁶ necessários para estudar e, sobretudo, transformar a sociedade (PEREIRA, 1994, p. 33) por meio da construção de uma narrativa ideal sobre o Brasil e seu povo (SUSSEKIND, 1990).

No entanto, viviam um dilema, na proporção que precisavam articular a realidade local, de mestiços e de migrantes, a um arcabouço teórico de base europeia, alicerçada em uma vertente evolucionista e determinista, que em certa medida vislumbrava como degenerância e promotoras de incivilização estas características locais. E como solução para tal impasse estes escritores realizaram uma espécie de “sincretismo ideológico” (VENTURA, 1991, p. 40), onde, num primeiro momento, escolhiam as teorias disponíveis, e em seguida, selecionavam os elementos que consideravam pertinentes.

Renato Ortiz observa que Euclides em “Os Sertões” (1902) utilizou-se deste estratagema em relação ao pensamento de Hegel, na medida em que escamoteou as reflexões centrais do filósofo em relação à dialética e destacou uma passagem periférica, referente a influência geográfica sobre o homem, mais conveniente a sua argumentação (ORTIZ, 1994). Esse trabalho de “miscelânea conceitual” pode explicar certo caráter contraditório da obra euclidiana, posto que ao mesmo tempo em que o autor apresenta a mestiçagem como atrasada e retrógrada promove sua valorização, pontua-se, da mestiçagem do sertão.

A capacidade apresentada pelo sertanejo na luta contra as adversidades da natureza e na resistência da guerra faz Euclides vislumbrar nele a capacidade de ser um agente geológico, apto a modificar e agir sobre uma natureza violenta e inóspita, levando-o a construir a imagem do sertanejo “sendo antes de tudo um forte”. Euclides, portanto, reconhece a importância da mestiçagem na formação cultural e social da nação e entende a Guerra de Canudos, assim como

²⁶ Esta produção pode ser caracterizada por uma valorização do discurso científico enquanto legitimador de saber, e da ciência como baluarte para melhorar as condições dos homens, tanto externamente como internamente. Lilian Schwarcz, refletindo sobre as características de fins do século XIX, expusera que “(...) uma tendência da época que via na ciência não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio; que valorizou a moda intelectual em detrimento da produção.” SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: companhia das Letras, 1993, p. 28.



as variadas intervenções promovidas pelo estado republicano sobre a vida das populações pobres, enquanto ato de mutilação nacional, que promoveu oposição entre duas parcelas de Brasil que precisavam caminhar paralelamente.

O próprio Euclides, ainda sobre o trabalho com as ideias tomadas de empréstimo, no artigo “O Brasil Mental” (de Contrastos e Confrontos), estudo crítico de um livro de mesmo nome do autor português J. Pereira de Sampaio (Bruno), observa que a formação da nacionalidade estava ligada também a constituição de um corpo de ideias próprias que permitissem um entendimento da originalidade nacional (CUNHA, 1966).

Euclides no discurso de recepção à ABL expressou que a construção do saber, que deveria abordar as contradições e limites das sociedades e dos homens, não poderia ser realizada por um indivíduo preso aos gabinetes, mas sim por aquele que se colocasse na posição de ver, observar, captar o mundo. Uma vez que o processo de criação deveria partir do real, era necessário submeter a fantasia ao plano geral da natureza, constituindo assim um consórcio entre arte e ciência (*Idem, Ibidem*, p. 206-207), que permitisse à linguagem da modernidade observar o real a partir da representação simbólica, na medida em que “a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta” (GALVÃO, 1997, p. 183).

Este entendimento de correlação entre o papel desempenhado pela capacidade criadora do escritor e o referencial dado pelo tangível inscreve-se profundamente na prática de escrita euclidiana. Por isso foi tão caro a Euclides da Cunha visitar *in loco* a Amazônia e poder estabelecer comparações entre as leituras prévias dos viajantes naturalistas estrangeiros e suas próprias impressões. E Euclides não se nega a registrar que o contato com os espaços de análise, seja os sertões baianos ou a floresta amazônica, modifica suas primeiras interpretações. Assim como Canudos de “nossa Vendeia” transmutou em “maior crime contra a nacionalidade”, a Amazônia da insalubridade passou a ser a do “clima caluniado”.

A construção imagética da Amazônia proposta por Euclides alicerça-se na tentativa de inserção da região nos quadros da nacionalidade, aos moldes do projetado com “Os Sertões”. No entanto, esta proposta parece dificultada, podendo ser tomada por ambígua (GINZBURG, 2010), diante as condições organizacionais da região que impediriam a estruturação de uma unidade espaço-temporal. O observador tomaria contato, portanto, com uma realidade em processo constante de modificação. Nesta assertiva é que Euclides estabelece a ideia da Amazônia enquanto “último capítulo do Genesis” (CUNHA, 1966, p. 205), ou seja, de uma



realidade difusa e em gestação, e que por este motivo levaria o observador ao contato com sensações conflitantes, misto de êxtase e terror. Para Foot Hardman (2009), tal interpretação de Euclides demonstraria os limites da representação do real na modernidade, já que o caráter fragmentário dos elementos observados impediria o estabelecimento de bases identitárias precisas, o que num nível mais imediato dificultava a formação de uma nacionalidade homogênea. Problema que haveria se expressado, inclusive, na prosa amazônica euclidiana que não conseguiu ter a mesma unidade estético-temática presente em “Os Sertões”, consistindo de uma produção ensaística dispersa entre os livros “Contrastes e Confrontes” (1907)²⁷ e “À margem da história” (1909)²⁸. Na interpretação de Euclides, em vez de uma terra, uma raça e uma luta, era necessário mapear várias terras, inúmeras raças e simultâneos espaços de luta. O que fez com que o autor se perdesse na “vertigem do vazio”, seu projeto estético ficasse truncado e sua prosa ficasse prejudicada como o acesso ao paraíso perdido.

Euclides da Cunha, ao testemunhar o confronto entre a vontade do homem e a resistência da natureza, analisa a presença humana na região amazônica sob dois pontos de vista: povoamento e as formas de trabalho. Quanto à primeira desenvolve um estudo aos “moldes antropológicos” (REBEIRO, 2007) sobre a ocupação humana das margens do rio Purus, definindo a existência de dois grupos, com características divergentes com relação à forma de atuação sobre o território e que explicariam a celeuma entre Peru e Brasil. Um representado pelos caucheiros, que ao explorarem esta planta com curto prazo de vida (caucho) eram obrigados a uma existência nômade, sendo capazes de descobrir novas terras. Esse nomadismo seria favorável ao objetivo brasileiro na região já que pelos acordos anteriores entre os dois países a posse da terra era definida pela fixação no solo (PONTES, 2005).

O segundo grupo representado pelos seringueiros, reais responsáveis pelo domínio das terras amazônicas, heroicos e bravos na luta contra a natureza, inconscientes aliados da diplomacia brasileira. E quanto à presença indígena na região, Euclides faz comentários

²⁷ Compõe-se de 27 artigos, sendo que 13 deles já haviam sido publicados anteriormente em periódicos (a quase totalidade no jornal “O Estado de São Paulo” no ano de 1904). Tratam de temáticas variadas, que podem ser reunidas em quatro blocos: a) política e diplomacia internacional – estudos sobre Uruguai, Alemanha, Rússia, Himalaia, Sul da Ásia, Estados Unidos; b) Fronteira e sociedade amazônica; c) perfis – padre Anchieta e Floriano Peixoto; d) arte – estudo sobre estátuas políticas, excerto de um conto, resenha de um romance; e) sociedade e cultura brasileira – garimpagem nas Minas setecentistas, estado das estradas de rodagem em São Paulo, queimadas, secas dos estados do Norte, análise do republicanismo nacional; f) Debates intelectuais – crítica a Spencer, socialismo e discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL).

²⁸ Obra publicada posteriormente a morte do escritor. Compõe-se de quatro partes: Na Amazônia, Terra sem história (7 capítulos, sobre inúmeros assuntos relacionados a região), Vários Estudos (3 capítulos, sobre história e sociedade latino-americana), Da Independência a República (ensaio histórico) e Estrelas Indecifráveis (crônica). A escrita dos artigos tem origem nos estudos empreendidos pelo autor durante os anos de 1904 a 1909.



lacônicos do tipo “É que cederam [indígenas] o lugar a uma imigração intensiva, ou foram absorvidos por ela” (CUNHA, 1966, p.722) que parecem diminuir o impacto da invasão e da violência que marcou a tomada dos territórios indígenas para instalação dos seringais (LEONARDI, 1996, p. 92), como se representasse apenas uma das etapas necessária a chegada do progresso à região.

Os seringueiros seriam formados, sobretudo, por migrantes cearenses que fugiam da pauperização das condições de vida ligada a perda da capacidade de produção de suas terras e pela inoperância da ação dos governantes em promover outro tipo de solução. Para Euclides, o processo de embarque dos migrantes já dava mostras da total falta de interesses dos governantes pela sorte destes indivíduos, que reduzidos à condição de objetos sem valor, eram transportadas de qualquer maneira, em péssimas condições sanitárias e de saúde, importando apenas que fossem retirados do campo de visão da “elite benevolente e boa”, uma vez que como diz Euclides:

A multidão martirizada, perdidos de todos os direitos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, para aquelas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrêntes, e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até os nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem ... (CUNHA, Euclides da. *Op. Cit.*, p. 248).

E a chegada à Amazônia intensifica os sofrimentos iniciados com a saída da terra natal. Os migrantes, agora transformados em trabalhadores dos seringais, são apresentadas as condições que constituem para Euclides “a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo” (CUNHA, 1966, p. 232). Tendo que iniciar sua vida no seringal com uma dívida mínima superior a dois contos de réis (referente ao deslocamento, instrumentos de trabalhos, víveres, taxas de possíveis prejuízos dos patrões), veem suas perspectivas de lucros fáceis e retorno rápido a terra natal esvair-se na velocidade em que o “ouro branco” preenche os sulcos feitos pela machadinha e deposita-se no fundo do balde.

Ter que ser solteiro, não poder adoecer, ser cauteloso no consumo (aumentado em muito nas contas do armazém do barracão) e ser um trabalhador incansável (*Idem, Ibidem*, p. 223), para ter alguma chance de saldar as dívidas contraídas, deixa claro que a estrutura dos seringais foi feita para manter cativo aos trabalhadores. Uma estrutura de trabalho escravo, que abandonou o relho e o grilhão, mas que manteve o tolhimento as liberdades, onde ao indivíduo era negado, inclusive, o benefício da terra que ocupava, contribuía para ampliar a crescente



decepção de Euclides com os rumos da República.

Tratar deste modo ao trabalhador nacional significava para ele um impedimento à consolidação do país enquanto nação, por isso seu brado de indignação, que clama pela necessidade de promoção por parte do Estado de políticas públicas que permitissem salvaguardar a existência destes homens na região, tanto pela aplicação de uma lei do trabalho que regulasse a relação seringueiro-patrão e promovesse, em alguma medida, a fixação do homem a terra (*Idem, Ibidem*, p. 234)..

E mesmo sob o espectro da exploração e do sofrimento, a presença do homem-migrante na região era fundamental. Em carta a José Veríssimo de 05 de junho de 1905 Euclides diz: “Portos de Manoriá, Fronteiras da Cassianã e Novo Triunfo são três sítios florescentes, de laboriosos e robustos cearenses que firmam bem nesses lugares o domínio de nossa terra” GALVÃO, 1997, p. 287).

A apresentação acima confere um caráter positivo à instalação do migrante cearense na Amazônia. Seria este o homem capaz de dominar aquelas terras que a muitos vencera, como franceses, açorianos, que não possuíam os traços biológicos necessários para adaptar-se ao meio. Baseando-se em princípios de seleção natural, Euclides via que a natureza amazônica identificava e “recrutava” aqueles mais aptos a sobreviver, numa condição que a exploração da região só dependeria do homem certo.

A despeito dos conceitos científicos que vislumbravam o mestiço como degenerante das raças e, portanto, causador do atraso do país, Euclides, pelo menos no que tange o “desbravamento da Amazônia” inverte a ordem e o exalta, uma vez que realiza a principal ambição do homem moderno: moldar a natureza em benefício próprio:

E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronta sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que as povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos revezes, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, e triunfos na campanha formidável (CUNHA, 1966, p. 246).

E mesmo que sua presença seja exaltada, o arrependimento parece a consequência inevitável para Euclides da experiência humana nos seringais. A repetição diuturna da estafante tarefa da extração do látex em associação as características fatalistas dos homens promoveriam uma alteração na visão da realidade por parte destes homens, que de esperançosos em busca da fortuna palpável passavam a apáticos vencidos pelas circunstâncias, condenados eternos a



“girar estonteadamente no monstruoso círculo vicioso da sua faina fatigante e estéril” (*Idem, Ibidem*, p. 510).

A autoconsciência da situação vivenciada, apresentada por Euclides no texto “Judas Asverus”, indica que estes homens e mulheres migrantes compreendiam perfeitamente as consequências da escolha realizada e que somente a eles próprios cabia a culpa por tal situação. Não seria responsabilidade do governo que os esquecera, tampouco de uma propaganda falaciosa que o haviam feito, mas sim de seu egoísmo e ganância que o induzira a perda do seu bem mais precioso, a liberdade.

Jogando com todo um repertório simbólico de matriz judaico-cristão Euclides constrói o “Judas Asverus” como síntese do indivíduo submetido ao trabalho nos seringais. Começando pelo nome, formado da junção do nome Judas, discípulo traidor de Cristo, punido pela morte e pela tormenta eterna, assim como o seringueiro que ao abandonar os laços afetivos em troca do vil metal teria obtido apenas sofrimento e dor, e do nome Asverus, que teria sido, dentro da tradição cristã, o indivíduo que negou apoio a Cristo durante o calvário (RIBEIRO, 2007), resultando na lenda do judeu errante, condenado a vagar pelo mundo eternamente, assim como o seringueiro é submetido a empreender o trabalho repetitivo pela estrada dos seringais sem descanso, até a completa exaustão, transformando a vida numa “eterna penitência” (CUNHA, 1966, p. 264).

A emergência da sexta-feira santa, único dia que modificaria a rotina daqueles homens, pautada em “idênticos dias de penúrias, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares” (*Idem, Ibidem*, p. 263), apresentava àqueles homens e mulheres a possibilidade de desvendar e arrancar das penumbras das matas todos os pesares e sofrimentos que sentiam. O boneco de Judas, depois de pronto parece, assim como a Galatéia grega, ganhar vida e o Pigmaleão-seringueiro assusta-se ante sua sinistra criação, já que não representa a imagem de seu amor, mas de sua dor e autodesprezo.

E o boneco, ao errar pelos rios da Amazônia, promove uma denúncia muda porque a palavra a estes homens é interdita, seja pela distância dos demais agrupamentos humanos em que se encontra, seja pela impossibilidade ligada a sua condição social inferior, do processo de exploração sofrida e do arrependimento sentido. Uma vez que não podem promover uma mudança imediata em suas vidas pretendem que no trajeto do rio, único canal de comunicação, outros tomem conhecimento e evitem tornarem-se cópias do “espantalho errante [que] vai espalhando em roda a desolação e o terror” (*Idem, Ibidem*, p. 266).



Conclusões

A experiência amazônica de Euclides tornou-se um momento de inflexão para sua produção intelectual. Deste momento em diante passou a realizar análises de caráter mais abrangente, procurando relacionar a realidade nacional às experiências vivenciadas pelos demais países da América Latina, numa clara demonstração de que o Brasil somente se afirmaria como Estado-Nação uma vez que entendesse bem sua condição de país periférico e que pudesse identificar os potenciais materiais e humanos que lhe permitiriam ter um papel de destaque no cenário regional. Não por acaso que seus livros pós-amazônicos, *Contrastes e Confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907) e o próprio *À Margem da História* (1909), tragam em várias de suas páginas análises sobre a história, geografia e política sul-americanas.

Este pensamento integrador permitiu-lhe compreender o povoamento amazônico, formado pela relação de conflito e de complementaridade entre grupos de brasileiros e aqueles oriundos de outras nacionalidades (peruanos, bolivianos, colombianos), para os quais as fronteiras nacionais significavam menos que os limites impostos pelas estradas de seringueiras dos barracões dispostos e dispersos ao longo dos rios amazônicos.

No fundo aqueles homens, que os documentos ou a língua identificava como diferentes, tinham muitos elementos em comum devido o sistema de exploração e ao trabalho compulsório a que eram submetidos.

Euclides não possuía uma visão infantilizante dos homens e mulheres migrantes nos seringais. O arrependimento apresentado pelos indivíduos que se colocavam em migração não tirava deles a responsabilidade de uma escolha que se apresentou como decepcionante. Deste modo, ao mestiço, que no saber científico em voga não teria condições genéticas de grande amadurecimento intelectual, pelo menos em parte, Euclides acredita que tiveram independência de escolher aquilo que consideravam mais propício para manutenção de sua vida.

Essa visão euclidiana do mestiço migrante trouxe contribuição às visões construídas sobre a migração, uma vez que permitiu vislumbrar o ato de migrar, empreendido por homens e mulheres pobres como uma atitude ativa, pensada como resposta a suas dificuldades e demandas, e não apenas como resposta direta a propostas de governantes ou pela ação ilusória de mercadores gananciosos.



Euclides reconhece a importância da mestiçagem na formação cultural e social da nação e entende a exploração dos trabalhadores nos seringais da Amazônia enquanto ato de mutilação nacional, por colocar em oposição parcelas de Brasil que precisavam ser incorporados aos planos de desenvolvimento da Nação²⁹.

Deste modo, são exaltadas nos mestiços suas potencialidades em contribuir para o progresso material e moral do país, o que não significa que estariam em igual estágio de desenvolvimento intelectual das parcelas letradas da população e que poderiam indicar os rumos que o Estado-Nação deveria trilhar.

Bibliografia

CANDIDO, Antonio. *Prefácio*. In: AGUIAR, Flávio (org.). **Com palmas medida**: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Perseu Abramo/ Boitempo, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: José Aguillar, 1966. Vol. 2.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **O Beijo de Lamorette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DE DECCA, Edgar. *Quaresma*: um relato de um massacre republicano. **Anos 90**, Porto Alegre, nº 8, pp. 45-61, dezembro de 1997.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. São Paulo: EDUSP, 2004.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Osvaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997.

²⁹ Essa necessidade de integração das “partes esquecidas” ao conjunto da Nação aparece no pensamento de Euclides no tocante à Amazônia na seguinte passagem: “Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica.” In: CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguillar, 1966, p. 236.



GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Jaime. *Euclides da Cunha, a Amazônia e a barbárie*. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 24, nº 69, pp. 411-416, 2010.

GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolfo. **Norte do Brasil**: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão. RJ; SP: Laemmert Editores, 1906.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos**: história social dos sertões no Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Leonardo A. de M. *Literatura e História Social: A “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do Império*. **História Social**, Rio de Janeiro, vol. Único, nº 1, pp. 29-64, 1994.

PONTES, Kassius. **Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia**. Dissertação (Mestrado) em Diplomacia – Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2005.

RIBEIRO, F. L. **Febre na selva**: a Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha. Dissertação (Mestrado) em História – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2007.

SANTANA, J. C. B. de. *Euclides da Cunha e a Amazônia: uma visão mediada pela ciência*. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, vol. VI (suplemento), pp. 901-917, setembro de 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. SP: Cia das Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). SP: Cia das Letras, 1991.